

de Maio, designadamente no n.º 3 do artigo 28.º do mesmo diploma legal, e dos que me foram delegados pelo despacho n.º 5426/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 25 de Março de 2010, subdelegado na directora do estabelecimento integrado denominado de Lar Residencial Fontainhas, licenciada Ilda Maria Rito Pontes Braz, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de recursos humanos, desde que sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho directivo e no âmbito do respectivo estabelecimento:

Autorizar/decidir:

1.1 — Os planos de férias e as respectivas alterações.

1.2 — As férias, antes da aprovação do plano de férias, bem como o respectivo gozo, nos termos legais aplicáveis.

1.3 — Os pedidos de justificação de faltas.

1.4 — Os processos relacionados com dispensas para amamentação, consultas ou exames complementares de diagnóstico e tratamento ambulatorio.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos no entretanto praticados pelo dirigente em causa, no âmbito das matérias por ela abrangidas, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

6 de Abril de 2010. — A Directora de Unidade de Desenvolvimento Social, *Maria Fátima Pinto*.

203120908

Despacho n.º 6537/2010

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do CPA e no uso dos poderes que me são conferidos no anexo à Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio, designadamente no n.º 3 do artigo 28.º do mesmo diploma legal, e dos que me foram delegados pelo despacho n.º 5426/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 59, de 25 de Março de 2010, subdelegado na directora do estabelecimento integrado denominado de Centro Educação Especial Latino Coelho, licenciada Maria Helena Fião Henriques Duarte, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de recursos humanos, desde que sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho directivo e no âmbito do respectivo estabelecimento:

Autorizar/decidir:

1.1 — Os planos de férias e as respectivas alterações.

1.2 — As férias, antes da aprovação do plano de férias, bem como o respectivo gozo, nos termos legais aplicáveis.

1.3 — Os pedidos de justificação de faltas.

1.4 — Os processos relacionados com dispensas para amamentação, consultas ou exames complementares de diagnóstico e tratamento ambulatorio.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos no entretanto praticados pelo dirigente em causa, no âmbito das matérias por ela abrangidas, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

6 de Abril de 2010. — A Directora de Unidade de Desenvolvimento Social, *Maria Fátima Pinto*.

203121045

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto
e da Saúde

Despacho n.º 6538/2010

Nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, designo director executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I — Nordeste, pelo prazo de três anos e com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010, o licenciado Vítor Fernando da Silva Simões Alves, cuja nota curricular se anexa.

31 de Março de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Manuel Francisco Pizarro Sampaio e Castro*.

Curriculum vitae resumido

Vítor Fernando da Silva Simões Alves, nascido em 17 de Abril de 1956, natural de Sazes de Lorvão, Penacova, Coimbra, casado e residente em Bragança.

Licenciou-se em 1983 em História, pela Universidade de Coimbra, com a classificação de 16 valores.

Obteve o grau de mestre em 1989, em História Económica, pela Universidade de Coimbra, com a classificação de *Muito bom*.

Efectuou em 1991 uma pós-graduação em Economia na Universidade Lausanne (Suíça).

Em 2009 requereu a prestação de provas de doutoramento em História Económica na Universidade de Coimbra.

Publicou inúmeros trabalhos em revistas nacionais e internacionais.

Foi docente do ensino secundário entre 1978 e 1987.

Foi docente do ensino superior entre 1987 e 2009, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança. Neste âmbito foi coordenador do Departamento de Ciências Sociais da ESE — Bragança durante os anos de 1988-1990, coordenador do Departamento de Direito e Ciências Sociais da ESTiG — Bragança durante vários anos e presidente do conselho pedagógico da ESTiG — Bragança (1998-1999).

Foi coordenador de múltiplos projectos, nomeadamente: A Expansão da Vinha no Douro Superior, nos Séculos XVIII e XIX; As Políticas de Abastecimento no Douro Superior (1700-1900); Poder e Sociedade em Torre de Moncorvo (1750-1830); Programa de Promoção de Trás-os-Montes e Alto Douro (2005-2006); Plano Regional de Ordenamento do Território de TMAD (2004-2006); Avaliação do Programa da Rede Social de Mirandela (2006).

Possui experiência de gestão, nomeadamente como gestor do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA) em 1996 e 1997 e como director da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela do IPB de 1999 (Setembro) a 2006 (Março).

Participação cívica e política como governador civil do distrito de Bragança (2009), membro da Assembleia Municipal de Bragança (1989-1997 e 2005-2009), vereador da Câmara Municipal de Bragança (1997-1998) e presidente da Assembleia de Freguesia de Sazes de Lorvão, Penacova (2005-2009 e 2009-...).

203121548

Secretaria-Geral

Aviso n.º 7345/2010

Foi assinado a 31 de Março de 2010 o aditamento ao protocolo de colaboração, celebrado entre o Ministério da Saúde, a Ordem dos Farmacêuticos, a Associação Nacional de Farmácias, a Associação de Farmácias de Portugal, a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, a Associação Nacional dos Importadores/Armazenistas e Retalhistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a Federação de Cooperativas de Distribuição Farmacêutica e a FARMACOOPE — Cooperativa Nacional das Farmácias, para a gestão interna do Programa de Controlo da Diabetes Mellitus, que a seguir se publica.

Lisboa, 6 de Abril de 2010. — O Secretário-Geral, *João Nabais*.

Aditamento ao protocolo de colaboração no âmbito da Diabetes Mellitus entre Ministério da Saúde, Ordem dos Farmacêuticos, Associação Nacional de Farmácias, Associação de Farmácias de Portugal, Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, Associação Nacional dos Importadores/Armazenistas e Retalhistas de Produtos, Químicos e Farmacêuticos, Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, Federação de Cooperativas de Distribuição Farmacêutica e FARMACOOPE — Cooperativa Nacional das Farmácias.

A reestruturação do programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes Mellitus, iniciada em 1998, marcou uma nova etapa no circuito de vigilância da doença através de uma congregação de esforços na melhoria da acessibilidade das pessoas com diabetes aos dispositivos indispensáveis à auto vigilância do controlo metabólico e de administração de insulina.

No âmbito deste Programa têm sido estabelecidos vários protocolos de colaboração, os quais permitiram o acesso, cada vez mais abrangente e harmonizado, dos utentes aos dispositivos para monitorização e tratamento da Diabetes Mellitus.

A Diabetes Mellitus é uma doença que afecta um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo e Portugal não é excepção. Um estudo recentemente publicado sobre a prevalência da Diabetes em Portugal indica que 11,7% da população portuguesa é diabética e que 23,2% apresenta pré-diabetes.

Estes números apontam para a necessidade de continuar a actuar a nível da prevenção, educação e auto vigilância do controlo metabólico destes doentes.

O primeiro Protocolo de Colaboração estabeleceu um preço de venda fixo e o reembolso pelo Estado, de 75 % do custo das tiras-teste, envolvendo, simultaneamente, o Ministério da Saúde, as pessoas com diabetes, a indústria farmacêutica, os distribuidores de produtos farmacêuticos e as farmácias, tendo expirado em 31 de Dezembro de 2002 e prorrogado até 30 de Junho de 2003).

No segundo Protocolo os materiais de auto vigilância e auto-injecção foram integrados num circuito análogo ao dos medicamentos, sendo directamente dispensados e comparticipados no acto de aquisição, mediante apresentação de receita médica nas farmácias, com actualização de preços e margens de distribuição e aumento da comparticipação das tiras-teste de 75 % para 85 % do preço de venda ao público (PVP). Este protocolo produziu efeitos até 31 de Dezembro de 2005.

Em simultâneo a este Protocolo foi fixada prestação remunerada de cuidados farmacêuticos no âmbito da diabetes, visando a identificação de pessoas com diabetes não controladas ou indivíduos suspeitos de diabetes, com a sua referência à consulta médica.

O terceiro Protocolo introduziu novos preços e margens de distribuição, permitindo a aquisição dos materiais de auto vigilância, por parte do utente, a preços inferiores aos anteriormente praticados. Manteve-se o envolvimento dos agentes económicos do sector e das suas associações representativas, com nova redução de encargos para os utentes do Serviço Nacional de Saúde. Manteve-se, igualmente, a prestação remunerada de cuidados farmacêuticos ao doente diabético.

Este terceiro Protocolo entrou em vigor a 1 de Abril de 2008, tendo um período de vigência de dois anos.

Considerando as positivas sinergias decorrentes dos anteriores protocolos de colaboração, de forma a conseguir-se mais rapidamente, com menos custos e mais qualidade, retardar o início das principais complicações desta doença;

Considerando que deverão ser criados novos mecanismos e reforçados alguns dos actuais, no sentido da melhoria da qualidade dos cuidados prestados aos diabéticos e do inerente autocontrolo;

Considerando que foram celebrados dois protocolos distintos; um entre o Ministério da Saúde; a Ordem dos Farmacêuticos; a Associação Nacional de Farmácias e a Associação de Farmácias de Portugal que define a intervenção farmacêutica no que se refere à identificação de diabéticos não controlados ou pessoas suspeitas de diabetes, bem como à prestação de cuidados farmacêuticos às pessoas com diabetes e, outro Protocolo celebrado entre o Ministério da Saúde; a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica; a Associação Nacional dos Importadores/Armazenistas e Retalhistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos; a Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos; a Federação de Cooperativas de Distribuição Farmacêutica; a Associação Nacional de Farmácias; a FARMACOOPE — Cooperativa Nacional das Farmácias e a Associação de Farmácias de Portugal que define e estabiliza os preços dos dispositivos médicos, bem como, o circuito de distribuição, dispensa e facturação destes dispositivos médicos;

Considerando que a vigência de cada um destes protocolos, individualmente, depende da vigência do outro, e;

Considerando que, enquanto decorre este processo de reavaliação, negociação e decisão, se entende como prioritária a necessidade de salvaguardar os interesses dos doentes e a garantia do acesso aos cuidados de saúde por parte dos diabéticos, os parceiros intervenientes no actual protocolo decidem aprovar o seguinte aditamento:

1 — O actual protocolo de colaboração Programa de Controlo da Diabetes Mellitus é prorrogado pelo prazo máximo de 60 dias, a partir do dia 1 de Abril de 2010.

2 — Até ao termo do prazo previsto no número anterior será avaliada a aplicação do presente Protocolo e os seus efeitos e definidas novas linhas estratégicas de actuação.

Lisboa, 31 de Março de 2010. — Pelo Ministério da Saúde, *Francisco George*. — Pela Ordem dos Farmacêuticos, *Carlos Maurício Barbosa*. — Pela Associação Nacional de Farmácias, *Maria da Luz Sequeira*. — Pela Associação de Farmácias de Portugal, *Maria Helena de Castro Machado*. — Pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, *João Almeida Lopes*. — Pela Associação Nacional dos Importadores/Armazenistas e Retalhistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, *António B. Silva*. — Pela Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos, *Marta Serpa Pimentel*. — Pela Federação de Cooperativas de Distribuição Farmacêutica, *Filipa Farinha*. — Pela FARMACOOPE — Cooperativa Nacional das Farmácias, *Maria da Luz Sequeira*.

203121426

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 7346/2010

Procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho do mapa de pessoal da ACSS, I. P., de técnico superior na modalidade de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ficando integrado na Unidade Operacional de Estudos e Planeamento, publicitado através do Aviso n.º 11966/2009 no Diário da República, 2.ª série — n.º 129 — de 7 de Julho (Referência D3).

Por despacho de 17 de Agosto de 2009 do Presidente do Conselho Directivo da Administração Central de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), e em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2008 de 22 de Janeiro, indica-se a lista de ordenação final do procedimento mencionado em epígrafe:

Candidatos admitidos:

Não foram apresentados quaisquer requerimentos de admissão ao presente procedimento concursal.

18 de Agosto de 2009. — A Directora da Secretaria do Conselho, *Isabel Adrião*.

203117077

Aviso n.º 7347/2010

Por despacho de 30 de Março de 2010 do Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.) foi homologada a seguinte lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional, por contratação por tempo indeterminado, publicitado através do aviso n.º 14639/2009 no Diário da República, 2.ª série — n.º 159 — de 18 de Agosto (Referência A10 — assistente operacional para a Secretaria do Conselho):

1.º Classificado: José Manuel Correia Mota — 13,10 valores (treze valores e dez centésimas);

2.º Classificado: Manuel Amorim da Cunha — 12,01 valores (doze valores e uma centésima).

Lisboa, 31 de Março de 2010. — A Directora da Secretaria do Conselho, *Isabel Adrião*.

203118202

Contrato (extracto) n.º 212/2010

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos do artigo 37.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que ao primeiro dia do mês de Março de 2010, em Lisboa, entre a administração Central do Sistema de Saúde, I. P., ACSS, I. P., representada pelo Presidente do Conselho Directivo, Dr. Manuel Teixeira e Dina Susana Costa Santos, contribuinte fiscal n.º 216229987, foi celebrado um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos a partir de 1 de Março de 2010, ficando esta trabalhadora integrada na carreira e categoria de técnico superior, com a remuneração de € 1407,45 (mil quatrocentos e sete euros e quarenta e cinco centésimos), correspondente à 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior e ao nível remuneratório 19 da tabela remuneratória única.

Lisboa, 11 de Março de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ACSS, I. P., *Manuel Teixeira*.

203119589

Despacho n.º 6539/2010

Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso da faculdade conferida pela deliberação do Conselho Directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. n.º 1490/2009, de 14 de Maio, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 103, de 28 de Maio de 2009, é delegado no Director-coordenador da Área de Gestão Financeira e de Auditoria, cargo de direcção intermédia de 1.º grau, mestre Luís Filipe Cracel Viana, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de pessoal:

a) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que o pessoal tenha direito nos termos da lei;